

O triênio 2010-2012 e a nova avaliação de periódicos da capes

The 2010-2012 trienium and the new evaluation of capes periodicals

Rafael Fernandes de Mesquita¹

Ana Karine Lima de Medeiros²

Augusto Marcos Carvalho de Sena³

Mirele Cavalcante da Silva⁴

Vlândia Maria Pereira Gomes⁵

Resumo: Estudar os avanços na produção científica brasileira e as consequentes implicações para a comunidade acadêmica, principalmente no que diz respeito aos aspectos relativos às avaliações dos Programas de Pós-Graduação em Administração – PPGAs, realizadas trienalmente pela CAPES, as quais classificam e pontuam as publicações de periódicos científicos dos docentes permanentes dos programas, pode auxiliar a formação e o desenvolvimento de novos pesquisadores assim como consolidar grupos ou indivíduos já experimentados em pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do trabalho ora apresentado é investigar se a nova classificação dos periódicos acadêmicos no sistema Qualis-CAPES, tendo como referência a classificação anterior, beneficiou ou não os centros de difusão de pesquisa em administração, localizados nos estados do sudeste, quando comparados aos programas do nordeste. A abordagem metodológica usada é descritiva e quantitativa e a coleta de dados ocorreu nos meses de abril e maio de 2013. Como principais resultados, considerando as duas

Abstract: To study the advances in the Brazilian scientific production and the consequent implications for the academic community, especially as regard to aspects relating to the evaluations of the graduate programs in Business Administration – PPGAs held every three years by CAPES, which classify and punctuate the publications of scientific journals of the permanent professors of the programs can assist the formation and development of new researchers as well as consolidate groups or individuals already experienced in research. In this sense, the aim of this study is to investigate whether the new classification of academic journals in the Qualis-CAPES system, with reference to the previous classification, benefited or not, the centers of diffusion of research in administration located in the southeastern states, when compared to programs in the Northeast. The methodological approach used is descriptive and quantitative and the data collection occurred in the months of April and

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas - Unifor, Graduado em Administração pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: <fernandesrafael@live.com>

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas - Unifor.

³ Ph.D em Economia pela University of New Hampshire - USA). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará - UFC/CAEN e Bacharel em Economia também pela UFC.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas - Unifor.

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas - Unifor.

classificações, evidencia-se que não houve queda na pontuação dos docentes de PPGAs nordestinos, nem variações significativas na avaliação quantitativa da pontuação dos docentes de PPGAs localizados no sudeste brasileiro.

Palavras-chave: Avaliação na Pós-Graduação; Qualis-Capes Periódicos; PPGAs.

May 2013. As main results, considering the two classifications, it is evidenced that there was no drop in score of the northeastern teachers of PPGAs, nor significant variations in the quantitative punctuation of the teachers of PPGAs located in southeastern Brazil.

Keywords: Graduate evaluation; Qualis-Capes Journals; PPDAs.

1. Introdução

O ensino de administração no Brasil teve início nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente com escolas de administração de negócios, com a Escola Superior de Administração e Negócio (Esan) e a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Easp), e administração pública, com a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), posteriormente denominada Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape). O ensino brasileiro de administração é resultante da crescente influência da cultura norte-americana no período pós-segunda guerra mundial (BERTERO, 2006).

Ainda conforme o autor, o modelo brasileiro segue as linhas estadunidenses e apresenta-se em dois grandes eixos para seus primeiros cursos: o embasamento nas ciências sociais, que auxilia no entendimento do país e de sua condição social, bem como o surgimento de instrumentos e alternativas para o seu desenvolvimento, e a administração como profissão modernizadora, cuja proposta era a de formar administradores profissionais. Esse último eixo seria consequência do alargamento das empresas, que impossibilitava a sua direção por um pequeno grupo familiar ou de acionistas, e a necessidade de gestores competentes para atender a demanda derivada da maior competitividade.

Em 2011, o curso de graduação em administração possuía um total de 843.197 alunos, representando 12,51% dos matriculados em cursos superiores que, somados aos demais cursos classificados como de gerenciamento e administração, o percentual sobe para 18,98%, sendo o curso com maior número de matrículas neste ano, além do maior número de instituições de ensino superior ofertantes, com 1.447 estabelecimentos (INEP, 2013).

Para a pós-graduação *stricto sensu* em administração, o cenário brasileiro de implantação tem seu início nos princípios da década de 1970 apenas com programas de mestrados e, ainda na mesma década, com programas de doutorado apenas em São Paulo e, em 2012, respondia pela quinta posição em matrículas da pós-graduação no Brasil, num universo de 47 áreas do conhecimento (CIRANI et al., 2012). Na área de administração, ciências contábeis e turismo há 131 programas de pós-graduação, dentre eles quarenta com doutorado, cinquenta mestrados profissionais e 41 mestrados acadêmicos, mas apenas 121 deles foram avaliados em 2013, dos quais 96 são programas em administração, 19 em ciências contábeis e 6 em turismo (CAPES, 2013c). O desenvolvimento desses programas está associado à reforma universitária brasileira, consolidada em lei de 1969, e com a avaliação das Instituições de Ensino Superior – IES que considera a titulação do corpo docente como um dos critérios de análise.

A reforma da universidade brasileira, conforme Martins (2009), foi paradoxal. Ela possibilitou o

desenvolvimento das instituições públicas de ensino, além de criar um ambiente propício à articulação do ensino e pesquisa. Porém, surgia nesse cenário “o ensino superior privado de caráter empresarial” (2009, p. 28), “voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizantes e distanciados da atividade de pesquisa” (2009, p. 17), à medida que as IES públicas não conseguiam atender as demandas crescentes por vagas na educação superior. Dentre as instituições privadas de ensino superior que surgiram no contexto em análise, algumas se dedicaram à pesquisa e avançaram nesse sentido.

A medição dos avanços no ensino superior, independentemente se as IES são públicas ou privadas, é realizada por instituições específicas que coordenam processos avaliativos, utilizando-se de diversos critérios para compor as notas e posicionar as universidades em *rankings* acadêmicos. O foco da presente pesquisa é um dos aspectos desse processo avaliativo trienal para as pós-graduações *stricto sensu* na área de administração de empresas.

O interesse do trabalho aqui apresentado surgiu a partir da avaliação da Capes, usando uma nova classificação de periódicos acadêmicos, apresentando, no ano de 2013, para a avaliação do triênio 2010-2012, uma classificação distinta da utilizada na avaliação do triênio 2007-2009. Sendo assim, objetivamos, por meio do teste de hipóteses, aceitar ou recusar a hipótese nula de que essa nova classificação não favoreceu os centros de difusão de pesquisa na área de administração, representados pelos programas de pós-graduação da região sudeste do Brasil, mais próximos às grandes e tradicionais escolas de administração do país, mas antes manteve o mesmo nível de pontuação para todas as instituições, indistintamente.

Para responder ao problema de estudo, optou-se por uma pesquisa quantitativa com abordagem metodológica estatístico-descritiva e utilizou-se como ferramenta de análise a aplicação de teste de hipóteses em uma seleção amostral representativa em relação ao seu universo populacional.

O presente estudo iniciou com a contextualização histórica do ensino e das pesquisas em administração, seguida por um breve relato acerca das publicações científicas e da cooperação entre programas e autores da área. Feito o relato inicial, foi abordada a avaliação Trienal de Programas de Pós-Graduação e, com mais detalhes, a avaliação de periódicos da Capes. Por fim, tratou-se dos aspectos metodológicos, da análise dos dados da pesquisa e suas conclusões.

2. Pesquisa em Administração

A pesquisa é desenvolvida geralmente na pós-graduação e um dos primeiros trabalhos relevantes de um pesquisador é sua dissertação de mestrado: “mesmo nas boas universidades, porém, são poucos os alunos que conseguem desenvolver aptidão e capacitar-se para fazer pesquisa ainda no curso de graduação” (GONDIM; LIMA, 2002, p. 24). O foco do ensino de graduação é a formação técnica, pois é o momento de formação dos profissionais para o mercado de trabalho.

A pós-graduação *stricto sensu* em administração, no Brasil, segue modelos originários do início do século XIX, da Universidade de Berlim, enquanto a cidade era capital do reino da Prússia. O modelo prussiano tentava formar pesquisadores que comporiam o quadro docente de universidades, não necessariamente prepará-los para o exercício de outras profissões. Esse padrão foi consolidado e a avaliação de programas de mestrados e doutorados “se realiza em função das linhas de pesquisa, suas consistências

e produtividades respectivas”, conforme Bertero (2006, p. 97). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES é a agência responsável por essa avaliação e, segundo o autor citado, seu sistema confere importância categórica à pesquisa que resulte em publicação.

Para a Capes (2013a), sua função é estabelecer padrões de qualidade, identificar cursos que atendam a tais padrões e impulsionar a evolução da pós-graduação brasileira, contribuindo para o aprimoramento e a eficiência de cada programa.

O papel desempenhado pela CAPES, segundo Bertero (2006), por mais que fosse inicialmente normativo, passou a ser coercitivo à medida que os programas têm sua continuidade dependente da avaliação da agência e a referida avaliação contempla, com maior peso, as publicações dos docentes e discentes e, em menor peso, docência, orientação e outras atividades. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD apoia os programas enquanto organiza eventos, os encontros anuais denominados “EnANPAD”, que funcionam como instrumentos de divulgação dos resultados de trabalhos científicos que, posteriormente e somente alguns deles, recebem *fast track* para publicação em periódicos científicos. Wood Jr. e Chueke (2008, p. 29) afirmam que o evento, “por sua história, porte e amplitude, constitui hoje, provavelmente o maior ‘termômetro’ para a produção científica brasileira”.

O fomento à pesquisa é efetivado por diversas instituições públicas e privadas, as primeiras com maior participação. Entretanto, nem sempre ocorreu assim no Brasil. Foi só a partir de meados do século XX, conforme Bertero (2006), que se percebeu que a pesquisa é uma forma de poder e controle, por gerar conhecimentos. Assim, a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq são as principais agências, de caráter público, financiadoras de pesquisa.

O retrato da pesquisa brasileira em administração, advertido por Bertero (2006), aponta a existência de características indicadoras de traços que destoam dos modelos compartilhados pelas áreas de maior densidade científica, tais como as ciências biológicas e exatas: aqui ela é orientada academicamente, sem vistas a consumo externo, tem tendência epistemologizante, usa metodologias preferivelmente qualitativas e é isolada da realidade internacional, no sentido de sua escrita e divulgação ocorrer em língua portuguesa, na maioria dos casos.

Assim, o autor indica alguns desafios que ainda devem ser vencidos na pesquisa em administração: ela deve avançar no conhecimento, confirmar ou negar teorias, ter aplicabilidade prática, não ser uma mera repetição de temas, buscar maior rigor e diversidade metodológica.

3. As Publicações Científicas na Área de Administração

Iniciamos esta seção com a seguinte afirmação de Weber (2011, p. 26): “jamais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de valor verdadeiro no domínio da ciência, sem uma rigorosa especialização”. Contudo, mesmo os diversos especialistas nas mais diversificadas subáreas das ciências administrativas estão sujeitos à evolução do conhecimento e à substituição ou complementação de seu trabalho pelo de outros estudiosos, que também poderão se tornar especialistas, “não nos é possível concluir um trabalho sem esperar, ao mesmo tempo, que outros avancem mais”. Com isso, “esse progresso se prolongará ao infinito” (2011, p. 33). É nesse sentido que caminham os avanços da ciência e, para que eles

ocorram, seus pensadores precisam de tempo e dedicação.

Corroborando tal pensamento, Weber, Bertero et al. (2013) afirmam que a comunidade científica, especialmente aquela dedicada à ciência da administração de empresas precisa despertar interesse nos rumos e problemas da produção do conhecimento na área em questão. Assim, os autores apontam alguns óbices a esse avanço, dentre eles o produtivismo, representado por uma atitude desequilibrada, ou mesmo o fetichismo do preenchimento do currículo com títulos de publicações, desconsiderando a qualidade desses escritos e sua relevância, apenas para obter mais pontos em avaliações, considerando a quantidade de artigos em periódicos acadêmicos.

Derivado do problema ora apontado é o conceito de “proletários da pós-graduação” (BERTERO et al., 2013, p. 191). A necessidade de pontuar e a pressão por publicações são incutidas nos discentes de mestrado e doutorado, tornando-os produtores de trabalhos acadêmicos aleatórios que, muitas das vezes, não são oriundos de estudos nas áreas em que pretendem se tornar especialistas. Rosa (2008) afirma que esse produtivismo leva à burocratização da pesquisa, determinada pela pressão institucional por publicações; à racionalização que, no caso em análise, é uma economia análoga à lógica industrial, em que se tem a produção com menos recursos ou esforços. Uma relação de tempo e produção, do espaço de produção científica comparado ao fabril, no qual a métrica do tempo quantifica as ações em prejuízo da qualidade dos produtos finais.

O maior problema desse paralelo entre a produção acelerada, fabril, e a científica, incitada pela posição que se deseja ocupar no *ranking* da academia é que “produzir peças é diferente de produzir textos, pois estes últimos requerem amadurecimento, diálogo e revisão” (ROSA, 2008, p. 114). Outros problemas indicados por Bertero et al. (2013) são o paroquialismo e o estrangeirismo, traduzidos, respectivamente, como a hipervalorização do que é nacional, pelo fato de ser nacional, facilitando a leitura e a interpretação ou somente pelo acesso prático e rápido, sem qualquer contextualização e, de outro lado, a valorização do que é estrangeiro, entendendo as pesquisas norte-americanas ou anglo-saxônicas como superiores.

Do apreço aos centros científicos mundiais, representados, principalmente por Estados Unidos e países da Europa Ocidental, emerge o interesse em publicar nos periódicos internacionais e de maior prestígio, também de estratos superiores na avaliação da Capes. Serra et al. (2008) asseguram a dificuldade de tais publicações, isto é, de autores brasileiros em revistas acadêmicas internacionais, de modo a apontar o que revisores estrangeiros enfatizam na análise desses trabalhos. Ressalta-se a significância do trabalho, as teorias utilizadas, o impacto da pesquisa em relação à academia e ao mundo real, devido a sua aplicabilidade e à tendência à aprovação de trabalhos empíricos de análise quantitativa.

4. A Cooperação entre Programas e Autores

O crescimento quantitativo das publicações em eventos científicos e em periódicos acadêmicos, nos últimos dez anos, na área de administração de empresas, é inegável e evidenciado por diversos autores (ROSSONI; GUARIDO FILHO, 2009; BERTERO et al., 2013; MELLO et al., 2009; ROSA, 2008; WOOD JR.; CHUEKE, 2008). Mas, além do debate a respeito da qualidade do material produzido, há aspectos subjacentes ao referido crescimento, determinados pela cooperação entre autores de diversas instituições de ensino e pesquisa, principalmente por meio de redes de relacionamento, ou redes de coau-

torias, formadas entre eles.

O aumento significativo do número de coautorias entre os triênios 2001-2003 e 2004-2006 pode ser justificado pela modificação na avaliação da Capes no mesmo período, fortalecendo a participação das publicações como fator determinante na pontuação de programa, para manutenção do seu credenciamento ou da posição no *ranking* das pós-graduações, conforme entende Mello et al. (2009). Apesar de que esse não seria o único aspecto a apoiar tal configuração, os avanços nos meios de comunicação, as redes sociais e o amadurecimento dos grupos de pesquisa também podem ser escalados como preponderantes.

Os triênios seguintes, 2007-2009 e 2010-2012, não foram avaliados pelos autores e o presente trabalho não tem a intenção de realizar essa análise, mas a pressão institucional por publicações continua à medida que um dos critérios, dos mais relevantes, da avaliação da Capes é a avaliação quantitativa dos trabalhos resultantes em publicações em periódicos acadêmicos, classificados em estratos pela própria instituição.

Engrandecer a participação de coautores pode significar maior participação de discentes na pesquisa, ou de trabalhos em parcerias com professores de diversos programas, ou mesmo consolidar grupos de especialistas em áreas afins, com o intuito de produzir conhecimento. Contudo, Mello et al. (2009) consideram a possibilidade de haver algo subjacente que não se enquadre, via de regra, nas possibilidades apontadas. As relações de trabalho sugeridas podem significar um “jeitinho” de alcançar produtividade para o programa, visto que todos os listados como autores do artigo recebem a mesma pontuação. Nesse sentido, Rossoni e Guarido Filho (2009) também contribuem, ao afirmarem a existência de uma relação intrínseca entre a produtividade dos programas e as redes de cooperação entre autores e grupos de pesquisas, já que a construção de conhecimento está imersa em redes de relacionamento.

Em estudo de periódicos brasileiros de peso, aqueles que possuem classificação “A”, Wood Jr. e Chueke (2008) informam os principais programas de pós-graduação que neles publicam, alertando para a concentração da autoria desses trabalhos entre docentes e discentes de instituições localizadas em regiões mais ricas do país ou de programas mais antigos, de grande porte e consagrados: conseqüentemente com posição privilegiada no *ranking*. Mas, além das publicações em periódicos acadêmicos, há outros critérios estabelecidos pela Capes para avaliar programas, conforme se vê a seguir.

5. Avaliação Trienal de Programas de Pós-Graduação

A Capes é uma instituição cujas competências são atribuídas pelo Ministério da Educação, criada pelo Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1951). Posteriormente, a partir de 1976, a avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil passou a ser atribuição da CAPES (2013a).

Os programas de pós-graduação do Brasil são avaliados trienalmente e, durante o triênio, são acompanhados pelas Comissões de Avaliação das diferentes áreas do conhecimento, que trabalham sincronizadas, seguindo diretrizes gerais que dão identidade e coesão ao processo de avaliação da pós-graduação brasileira. Trata-se de uma

avaliação tipicamente externa: os avaliadores são externos tanto em relação ao programa avaliado, como em relação à própria agência. É uma avaliação comparativa: uma vez que todos os progra-

mas de determinada área ou subárea são avaliados pela mesma Comissão. É uma avaliação conduzida por pares, colegas especialistas da área, mas não necessariamente especialistas em avaliação. (SPAGNOLO E SOUZA, 2004, p. 9).

Todos os programas de determinada área são avaliados por uma mesma comissão, que realiza uma análise quantitativa e qualitativa dos docentes, discentes, produção intelectual, atividades de formação e pesquisa. Alguns dos critérios mais valorizados são as pesquisas e publicações científicas delas decorrentes. O *ranking* é definido por conceitos numéricos que vão de 3 – mínimo para credenciamento – ao 7, máximo (CAPES, 2013c).

A pressão institucional por publicações impele os pesquisadores e professores de programas de pós-graduação em administração – PPGAs, a buscarem sua posição na atual política de avaliação da Capes, na normalidade. Os critérios que definem essa normalidade e anormalidade são comentados por Rosa (2008): normal seria adjetivo daquele que consegue ser eficiente, moderno e *fast researcher*, tendo como consequência, sua permanência garantida no PPGA, que se mantém credenciado, com possibilidades de bolsas e maior prestígio. O anormal seria definido pelo oposto: atrasado, *slow researcher*, o professor pode ser afastado do PPGA, o qual, por sua vez, pode ser descredenciado. “Publicar ou perecer” (*publish or perish*) é a ordem.

Como critério de valoração na avaliação trienal, correspondendo a, pelo menos, 17,5% da pontuação do docente, há a classificação Qualis da Capes, que categoriza os periódicos acadêmicos em estratos, que vão do “A”, máximo, subdividido em A1 e A2, ao “C”, mínimo, passando pelos estratos “B”, subdivididos em “B1”, “B2”, “B3”, “B4”, “B5”. Como a instituição avalia e separa os periódicos nesses estratos? Discorreremos sobre tal avaliação na seção seguinte.

6. Avaliação de periódicos da CAPES

A presente seção tem por base o documento de área para a apresentação dos critérios de avaliação de periódicos e livros acadêmicos do triênio 2010/2012, último disponível no sítio eletrônico do Sistema WebQualis (CAPES, 2013c) e também alguns aspectos do documento de área correspondente à avaliação do triênio 2007/2009 (CAPES, 2013b) que permaneceram inalterados na avaliação de 2013, mas que não foram citados no corpo do seu texto.

De acordo com os documentos mencionados, a área de administração, ciências contábeis e turismo é uma das maiores do sistema de avaliação da Capes. Em 2013, para a avaliação do triênio, foram utilizados os periódicos classificados no sistema para a referida área, muitos dos quais também são utilizados por outras áreas. A avaliação seguiu critérios estabelecidos pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior CTC-ES, e regras utilizadas no triênio anterior, expressas no Documento de Área 2009 (CAPES, 2013b) e requisitos apresentados em quadro a seguir.

Quadro 1 – Critérios para avaliação de periódicos

- Possuir registro no ISSN (*International Standard Serial Number*);
- Circulação com regularidade, ininterrupta, nos últimos dois anos (2005 e 2006);

- Publicação de, no mínimo, quinze artigos inéditos por ano, de caráter acadêmico- científico e significativos para a área.
- Apresentar no sítio eletrônico da revista: a missão do periódico, o foco temático e sua preocupação com a qualidade, citando explicitamente a adoção de avaliação por pares (do tipo *blind review*), além dos dados da organização responsável pela publicação (também nas edições impressas);
- Apresentar informações sobre o editor responsável, editores associados ou adjuntos (se houver), e demais integrantes dos comitês editoriais, indicando suas afiliações institucionais;
- Disponibilização permanente, no sítio eletrônico, da política editorial e normas de submissão;
- Apresentar no início de cada artigo: o título, o resumo e palavras-chave no idioma oferecido e em inglês, nomes dos autores com suas respectivas filiações institucionais e endereço físico e eletrônico de, pelo menos, um dos autores.

Fonte: Adaptado do Documento de Área 2009 (CAPES, 2013b)

Além dos critérios citados, estabelecidos como requisitos mínimos, há outros que são determinados pelo CTC-ES e que devem ser cumpridos para a classificação do periódico e atribuição de sua posição no *ranking*, seguindo padrões internacionais de gestão acadêmica, em que mecanismos de indexação são determinantes de prestígio e qualidade. Vale ressaltar que a maior parte dos periódicos brasileiros não possuía indexação à época, realidade que está se modificando à medida que as revistas nacionais evoluem, refletindo o processo de indução de triênios anteriores somados às discussões para boas práticas em encontro de editores promovido pela ANPAD (CAPES, 2013c).

A primeira estratificação, a classificação “A”, foi baseada nas bases de dados *JCR/ISI* (*Journal Citations Report*), com o índice Fator de Impacto (FI) e a base de dados *Scopus/SCImago*, com índice H. Para a classificação “A1”, os periódicos deveriam ter FI maior que 1,0 ou H maior que 20; para “A2”, o FI deveria ser maior que 0,2 e menor ou igual a 1,0, ou H maior que 4 ou igual a 20. Além de respeitarem as proporções definidas pelo CTC-ES, em que o número de periódicos classificados como A1 deve ser menor que o número de periódicos A2, a soma de A1 e A2 deve representar, no máximo, 25% do total da área e a soma de A1, A2 e B1 não deve ultrapassar 50% do total de periódicos qualificados pela área (CAPES, 2013c).

Quando o periódico não estava indexado na *JCR/ISI* ou na *Scopus/SCImago*, outras formas de indexação e outros critérios eram considerados para o posicionamento no *ranking*. Cada estrato deveria atender os critérios do imediatamente anterior e outros, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Critérios de posicionamento no *ranking* dos periódicos acadêmicos

Estrato	Critérios
B1	Ter mais de cinco anos e H-Scopus maior que 0 e menor ou igual a 4 ou JCR entre 0 e 0,2; ou indexação no Scielo ou Redalyc; ou ser periódico de uma das seguintes editoras: Sage; Elsevier; Emerald; Springer; Inderscience; Pergamo; Wiley; e Routledge.
B2	Informar trâmites de aprovação e processo de avaliação; apresentar a legenda bibliográfica da revista em cada artigo; ter conselho diversificado; editor chefe que não é autor; ter mais de três anos e, pelo menos, um indexador (SCOPUS, EBSCO, DOAJ, GALE, CLASE, HAPI, ICAP, IBSS).
B3	Atender seis dos sete critérios a seguir: possuir missão/foco; informar nome e afiliação do editor; informar nome e afiliação dos membros do comitê editorial; divulgar anualmente a nominata dos revisores; mínimo de dois números por ano; informar dados completos dos artigos; e endereço de pelo menos um dos autores.
B4	Realizar revisão por pares, ter edições atualizadas e normas de submissão.
B5	Possuir cadastro ISSN e ter periodicidade definida.
C	Periódicos que não atendem aos requisitos mínimos para ser B5.

Fonte: Adaptado do Documento de Área 2013 (CAPES, 2013c)

7. Aspectos Metodológicos

O interesse desta pesquisa surgiu a partir da nova avaliação de periódicos acadêmicos, realizada pela Capes, apresentando no ano de 2013, para a avaliação do triênio 2010-2012, uma classificação distinta da utilizada para avaliação do triênio 2007-2009. Assim, objetivamos, por meio do teste de hipóteses, aceitar ou recusar a hipótese nula de que essa nova classificação não favoreceu os centros de difusão de pesquisa na área de administração, representados pelos PPGAs da região sudeste do Brasil, mais próximos às grandes e tradicionais escolas de administração do Brasil (eixo Rio – São Paulo que, para simplificação, será chamado de “Sudeste”), em comparação aos PPGAs do Ceará.

No processo de construção do presente estudo, efetuou-se consulta ao corpo docente das seguintes universidades: Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE e Universidade de Fortaleza – UNIFOR, ambas com cursos de mestrado, e a última com curso de doutorado, representando o Ceará, e Universidade de São Paulo – USP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Fundação Getúlio Vargas – FGV, representando o Sudeste. As informações de publicações foram obtidas através dos currículos divulgados no banco de dados da Plataforma Lattes, e o cálculo dos pontos, realizado através da contagem dos artigos publicados em periódicos ao longo do período entre 2010 e 2012, triênio da última avaliação da Capes. A pontuação é explicitada na tabela abaixo, conforme Documento de Área de 2009 (CAPES, 2013b), mantido para o ano de 2013 (CAPES, 2013c), seguindo seus padrões de mensuração e os estratos Qualis-Capes dos periódicos acadêmicos:

Tabela 2

Estrato	Pontuação
A1	100 pontos
A2	80 pontos
B1	60 pontos
B2	50 pontos
B3	30 pontos
B4	20 pontos
B5	10 pontos
C	0 pontos

Fonte: Documento de Área 2009 (CAPES, 2013b, p. 7)

Dentre as revistas científicas registradas na base de dados da Capes, na área de “administração, ciências contábeis e turismo”, encontram-se, classificados, durante o mês de outubro de 2013, 185 títulos no estrato A1, 198 no estrato A2, 275 no estrato B1, 84 no estrato B2, 287 no estrato B3, 183 no estrato B4, 373 no estrato B5 e 243 no estrato C. Destaca-se que, em comparação à classificação imediatamente anterior, os números praticamente dobraram, pois eram assim quantificados: A1 com 76 periódicos; A2 com 82; B1 com 102; B2 com 58; B3 com 152; B4 com 137; e B5 com 268. A maioria se encontra em estratos de pontuação mínima ou sem qualquer atribuição de pontos, o que pode ser corroborado pela afirmação de Bertero et al. (2013, p. 191-192): “uma grande parte dos periódicos nacionais funciona com o simples objetivo de escoar produção acadêmica sem qualidade”, visando apenas à pontuação em avaliações.

O passo seguinte à coleta de dados foi a organização das informações em tabelas, contendo os seguintes registros: instituição, professor, publicação, pontuação por publicação na avaliação anterior da Capes e pontuação por publicação na avaliação atual da Capes. Com essa tabela, foi possível sumarizar a pontuação de cada professor nas duas avaliações. O mesmo procedimento foi efetuado para cada um dos professores das seis instituições de ensino selecionadas.

Selecionou-se, de forma aleatória, em uma nova tabela, chamada “teste CE”, 50% (cinquenta por cento) dos professores das instituições de ensino do Ceará. Nela, constaram os seguintes dados: instituição, docente, pontuação total – classificação anterior, pontuação total classificação nova. Finalizado o documento em questão, foi montada a amostra para teste dos professores dessa localidade. O mesmo procedimento foi efetuado para os professores das instituições do Sudeste, que deram origem à tabela “teste sudeste”.

Após a consolidação dos dados separados por localidade (Ceará e Sudeste) em duas tabelas, adotou-se como técnica de análise os métodos descritivos de medida de tendência central (média aritmética) e as medidas de dispersão (desvio-padrão) das amostras, tanto para a pontuação anterior quanto para a pontuação nova. Com isso, passou-se para a segunda fase do processo: o teste de hipóteses. Vale mencionar que “utiliza-se um teste de uma amostra para testar uma afirmação sobre uma média populacional” (STEVENSON, 2001, p. 232) e que, no caso da presente pesquisa, como o desvio-padrão da população era desconhecido, seu valor foi estimado a partir dos dados amostrais.

Conforme mencionado no início desta seção, o objetivo da pesquisa aqui apresentada é confirmar que a mudança na classificação dos periódicos pela Capes não favoreceu qualquer localidade; tal afirmativa baseia-se na hipótese nula do estudo. A hipótese alternativa, ou hipótese de pesquisa, é a assertiva de que tais mudanças tenham alterado a pontuação de forma a favorecer as instituições do Sudeste e não favorecer as demais instituições localizadas fora dos centros urbanos da região em análise.

Evoluindo com o teste e após o cálculo da média aritmética e do desvio-padrão das amostras, definição das hipóteses nula e alternativa, passou-se para o estabelecimento do nível de significância a ser utilizado nos exames. Assim, chegou-se aos limites inferior e superior do gráfico *t-student*. Segundo Stevenson (2001, p. 225), “o nível de significância de um teste é a probabilidade de uma hipótese nula ser rejeitada, quando verdadeira”. A escolha desse item capacitará o teste para a efetivação de uma comparação e, assim, indicará um valor crítico que servirá de padrão na comparação, em relação ao valor que será calculado através da estatística de teste. Em outras palavras, o nível de significância servirá para determinar uma região onde se poderá concluir pela aceitação ou rejeição da hipótese nula. Para justificar a escolha da distribuição *t-student*, a mesma foi utilizada porque não foi possível determinar o desvio-padrão populacional e, por isso, todo o teste baseou-se no desvio-padrão amostral.

Conduziu-se um teste de hipóteses para a igualdade das médias antes e depois da mudança de avaliação dos periódicos pela Capes. Usando-se as médias e os desvios-padrão amostrais, a estatística-teste que define o grau de rejeição da igualdade de médias é:

$$t_{\text{Teste}} = \frac{[\bar{x}_A - \bar{x}_N]}{\sqrt{\{((n_A - 1) \sigma_A^2 + (n_N - 1) \sigma_N^2) / (n_A + n_N - 2)\} \times (1/n_A + 1/n_N)}}$$

Onde: $[\bar{x}_A - \bar{x}_N]$ é a diferença entre as médias amostrais da pontuação antiga e pontuação nova; n_A e n_N são o tamanho das amostras da pontuação antiga e nova, que no teste são de tamanhos iguais; e σ_A^2 e σ_N^2 são as respectivas variâncias. Esse exame foi efetuado tanto para a amostra das instituições do Ceará quanto para as instituições do Sudeste, e os resultados serão analisados na próxima seção.

8. Resultados e Análises

Na seção que se inicia, pretende-se detalhar os resultados dos exames efetuados e suas análises; para tanto, serão aprofundados alguns itens a seguir:

Tabela 3

Item	Ceará	Sudeste
Quantidade de Instituições Analisadas	3	3
Quantidade Total de Professores	32	75
Tamanho da Amostra	16	37
Média Amostral Avaliação Anterior	339	405
Média Amostral Avaliação Nova	351	447
Desvio-padrão Amostral Avaliação Anterior	236	262
Desvio-padrão Amostral Avaliação Nova	254	270

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A Tabela 3 tem por objetivo explicitar algumas informações obtidas na pesquisa na primeira fase do estudo, das quais cabe destacar que, apesar de ter sido selecionada a mesma quantidade de instituições de cada região, o total de professores das instituições escolhidas da região Sudeste representa uma quantidade maior do que o dobro do total de professores das instituições escolhidas do Ceará (Sudeste supera o Ceará em 134%).

Em decorrência do item anterior, ou seja, do tamanho do universo populacional de professores de cada região, o tamanho das amostras também tem números bem distintos; tanto na região Sudeste quanto no Ceará, a mudança de classificação dos periódicos da Capes ocasionou um aumento na média de pontuação dos professores das amostras populacionais.

A média da pontuação amostral dos professores selecionados na região Sudeste, no *ranking* anterior, era superior à média da pontuação amostral dos professores selecionados no Ceará em 19% e a média da pontuação amostral dos professores selecionados na região Sudeste, no *ranking* novo, é superior à média da pontuação amostral dos professores selecionados no Ceará em 28%.

Na segunda fase do estudo, foi conduzido um teste de hipóteses para que fosse ratificado estatisticamente a inexistência de impactos relevantes entre os resultados das pontuações das publicações dos professores, na classificação antiga e nova da Capes. Na realização da etapa em foco, foram adotadas algumas premissas e observados alguns parâmetros:

Tabela 4

Premissas/Parâmetros	Ceará	Sudeste
Hipótese nula		
Hipótese alternativa		
Nível de significância	5%	5%
Limite Inferior <i>T-Student</i>	-2,04	-1,99
Limite Superior <i>T-Student</i>	2,04	1,99

Onde: \bar{x}_1 é a média da pontuação da amostra de professores selecionados na avaliação antiga da Capes e \bar{x}_2 a média da pontuação da mesma amostra na avaliação nova.

O cálculo da estatística-teste, conforme fórmula mencionada na seção anterior, resultou no valor de -0,1297 no Ceará e -0,6784 no Sudeste. Ambos os valores estão dentro dos limites de não rejeição da hipótese nula para o nível de significância de 5%. Desse modo, não foi possível rejeitar a hipótese nula de que as médias de pontuação das amostras populacionais sejam iguais na avaliação antiga e nova da Capes.

9. Conclusões

O ensino e a pesquisa na área de administração de empresas, tanto quanto as publicações científicas resultantes desse esforço, têm avançado no sentido de perpetuar essa ciência recente e consolidar instituições de ensino superior, programas de pós-graduação e redes de colaboradores. Apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente em aspectos de reconhecimento internacional, considera-se que a comunidade científica brasileira tem procurado transpor os óbices apontados.

A avaliação quantitativa dos periódicos acadêmicos que divulgam os estudos científicos realizados, essencialmente, pelos programas de pós-graduação ou por pesquisadores formados nesses programas, pode ser um indicador positivo na determinação do *ranking* da pós-graduação, na medida em que contemplem aspectos qualitativos indiretamente ligados à avaliação. Sabe-se que os veículos de divulgação da produção de conhecimento são, exatamente, os artigos publicados nos melhores periódicos, mantidos por instituições de reconhecida reputação, e controlados por corpos editoriais e de pareceristas *ad hoc* que primam por garantir a qualidade acadêmica das produções. Mas, se isso for perdido e a busca desenfreada por pontuação conduzir a uma situação em que as produções de baixa qualidade se avolumem e sejam aceitas em periódicos de classificações inferiores, a parte qualitativa pode ser comprometida, o que talvez represente um problema futuro, agravado pelo incentivo à formação de proletários acadêmicos, aspecto evidenciado no presente estudo, por diversos autores.

A pesquisa ora apresentada buscou identificar se a nova avaliação de periódicos acadêmicos pela Capes favoreceu as instituições de Programas de Pós-Graduação em Administração – PPGAs do Sudeste em detrimento das instituições localizadas em outros centros urbanos do país. A pesquisa efetivou-se através da análise de publicações do corpo docente de seis instituições de ensino, sendo três delas localizadas no Ceará e as demais, na região Sudeste.

Os resultados da pesquisa indicaram que tanto a pontuação dos professores da amostra selecionada nas instituições do Ceará quanto dos professores selecionados nas instituições do Sudeste, em termos absolutos, tiveram suas médias amostrais de pontuação elevadas. No teste estatístico de hipóteses, no qual foi estabelecido o exame com um nível de significância de 5%, não foi possível rejeitar a hipótese nula de que as médias das populações se mantiveram iguais, mesmo com a mudança de avaliação da Capes.

A pesquisa sugere ainda que os professores da região Sudeste publicam mais ou publicam em periódicos melhores avaliados do que os professores do Ceará, tendo em vista que a média amostral dos docentes do Sudeste, para ambas as avaliações da Capes, é superior à média da pontuação amostral dos professores do Ceará.

Mesmo que a localização do centro de difusão de pesquisas em administração de empresas e, também, da avaliação dos programas de pós-graduação, dos periódicos acadêmicos brasileiros, da organização dos principais eventos acadêmico-científicos na área de administração de empresas esteja centralizada, o reposicionamento do *ranking* das publicações não prejudicou ou beneficiou as partes analisadas neste estudo, na comparação entre uma e outra.

O estudo apresenta algumas limitações, que poderão ser superadas por meio de outras pesquisas, com a ampliação das localidades e das instituições analisadas; sendo assim, sugere-se a complementação do estudo em outros estados e regiões, objetivando uma visão mais abrangente do tema tratado neste documento.

REFERÊNCIAS

- BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BERTERO, C. O.; ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FARIA, A.; ROSSONI, L. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, p.181–196, mar., 2013.
- BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1951. Seção 1, p. 10425.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acessado em: 05 ago. 2013a.
- CAPES. Diretoria de Avaliação. Área: Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Documento de área 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ADMIN17jun10.pdf>> Acessado em: 31 out. 2013b.
- CAPES. Diretoria de Avaliação. Área: Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Documento de área 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administra%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf> Acessado em: 31 out. 2013c.
- CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>> Acessado em: 05 maio 2013.
- CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 765-783, nov./dez., 2012.
- GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual** – considerações sobre o método e bom senso. João Pessoa: Manufatura, 2002.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 05 jun. 2013.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.
- MELLO, C. M.; CRUBELLATE, J. M.; ROSSONI, L. Redes de coautorias entre docentes de programas brasileiros de pós-graduação (*stricto sensu*) em administração: aspectos estruturais e dinâmicas de relacionamento. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 5, São Paulo, p. 130-153, set./out., 2009.
- ROSA, A. R. “Nós e os índices” – um olhar sobre a pressão institucional por publicação. **RAE**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 108-114, out./dez., 2008.

ROSSONI, L.; GUARIDO FILHO, E. R. Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas. **RAC**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 366-390, jul./ago., 2009.

SERRA, F. A. R.; FIATES, G. G.; FERREIRA, M. P. Publicar é difícil ou faltam competências? O desafio de pesquisar e publicar em revistas na visão de editores e revisores internacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, Edição Especial, p. 32-55, 2008.

SPAGNOLO, F.; SOUZA, V. C. O que mudar na avaliação da Capes? **R B P G**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 8-34, 2004.

STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WOOD JÚNIOR, T.; CHUEKE, G. V. Ranking de produção científica em administração de empresas no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, Edição Especial, p. 13-31, 2008.

Artigo recebido em: 2013-09-23

Artigo aceito em: 2013-11-06